



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 002/2017

EDITAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 1464.0207009.2017

MENOR PREÇO

GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência. São destinados a toda a Administração Pública do Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas.

ALESSANDRO LOPES BARROS
PREGOEIRO
PORTARIA Nº 016/2017



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017
PROCESSO Nº 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

<i>Modalidade da Licitação:</i>	<i>Número:</i>	<i>Data de Emissão:</i>	
PREGÃO PRESENCIAL	002/2017	13/04/2017	
<i>Tipo de Licitação:</i>	<i>Regime de Execução:</i>	<i>Referência - Processo ADM:</i>	
MENOR PREÇO	GLOBAL	1464.0207009.2017	
Objeto:			
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência. São destinados a toda a Administração Pública do Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas.			
Órgão Executor:			
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS - AL			
Setor de Gestão de Suprimentos e Contratos			
Credenciamento, Recebimento das Declarações e Abertura dos Envelopes de Propostas de Preços:		Sessão pública para a Etapa de Lances e Abertura dos Envelopes de Habilitação:	
Dia:	Horas:	Dia:	Horas:
03/05/2017	09h00min	03/05/2017	10h20min
<i>Endereço: (vide INFORMAÇÃO no E-Mail: pm2riachos@gmail.com)</i>			
AV. MIGUEL VIEIRA DE NOVAES - N° 100 - CENTRO - DOIS RIACHOS (AL) - FONE: (082) 3621-1262.			
Fundamento Legal:			
A presente licitação na modalidade "Pregão Presencial" será regida pela Lei 10.520/02 , de 17 de julho de 2002, subsidiariamente as normas da Lei 8.666/93 , de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, pelo Decreto Federal nº 7.892 , de 23 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo Decreto Federal nº 8.250 , de 23 de Maio de 2014, pelo Decreto Municipal nº 001/2015 , de 19 de fevereiro de 2015 e pela Lei Complementar 123/2006 , de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar 147/2014 , de 07 de agosto de 2014 e Lei Complementar nº 155/2016 , de 27 de outubro de 2016, no que não conflitar com a Lei Federal de licitações, bem como com os termos deste Edital e seus Anexos.			

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS, ESTADO DE ALAGOAS, ATRAVÉS DE SEU PREGOEIRO OFICIAL, o SR. ALESSANDRO LOPES BARROS, designado pela PORTARIA N° 016/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário acima mencionado fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA:

- 1.1. O Pregoeiro Oficial, nomeado através da PORTARIA N° 016/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017, com auxílio da equipe de apoio, receberá e abrirá as propostas e documentos em sessão pública a ser realizado na Sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 1.2. A data da entrega dos envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO, bem como o CREDENCIAMENTO dos interessados, entrega das DECLARAÇÕES exigidas no edital, obedecerão ao cronograma discriminado a seguir:



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

DATA	HORÁRIO	CRONOGRAMA
03.05.2017	09h00min - 09h30min	Credenciamento dos interessados
	09h30min - 09h40min	Entrega da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, da Declaração de Elaboração Independente de Propostas e da Declaração obrigatória de enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI).
	09h40min - 09h50min	Entrega dos Envelopes de Proposta de Preços e Habilitação.
	09h50min - 10h20min	Abertura dos envelopes de proposta de Preços para análise das mesmas, bem como das exigências do Edital no tocante à qualificação de cada item licitado, para posteriormente o Pregoeiro decidir sobre a classificação ou desclassificação de cada proposta, item Global.
	10h20min - 11h00min	Etapas de lances, com posterior abertura dos envelopes de habilitação das empresas vencedoras, bem como, toda e qualquer interposição de recurso, seja contra classificação/desclassificação ou habilitação/inabilitação de qualquer item ou empresa.

- 1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização do certame nas datas acima mencionadas, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;
- 1.4. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Presencial na mesma data de abertura, e em face de decisão do pregoeiro, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia subsequente;

2. DO OBJETO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto a Formalização de Ata de Registro de Preços, para futura Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência.
- 2.1. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço Global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1 O órgão gerenciador será **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.
- 3.2 Não há outros órgãos e/ou entidades participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela **Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, pelo **Decreto nº 7.892/2013**, com a redação dada pelo **Decreto nº 8.250/2014** e pelo **Decreto Municipal nº 001/2015**.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017
PROCESSO Nº 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 4.2 Caberá ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (cem por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. (**§3º, art. 22, Decreto Municipal nº 001/2015**).
- 4.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem (**§4º, art. 22, Decreto Municipal nº 001/2015**).
- 4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 4.7 Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

5 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 5.1 A licitante deverá se apresentar para Credenciamento junto ao Pregoeiro através de seu **Representante Titular (Legal)** ou por meio de **Representante designado pela empresa licitante (Preposto)**, devidamente munido de documento que o habilite a representar a interessada em todas as fases do procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais;
- 5.2 O representante titular/preposto deverá identificar-se através da apresentação de **Cópia Autenticada** em cartório do **documento oficial de Identidade ou de outro documento equivalente que tenha foto**, em uma via ou se preferir, cópias acompanhadas do original, autenticadas pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio do órgão que realizará o Pregão, **observando-se que em hipótese alguma, serão autenticadas cópias de documentos com ausência de originais no momento de realização da sessão.**
- 5.3 Cada licitante credenciará apenas **01 (Um)** representante que será o único admitido a intervir nas fases dos procedimentos licitatórios e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 5.4 Na hipótese de a licitante não apresentar representante (**legal/preposto**) ou esse não se credenciar, a licitante ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, ou mesmo de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;
- 5.5 Para fins de credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos regularmente autenticados:



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 5.5.1 Tratando-se de **Representante titular da empresa licitante** de sociedade empresária ou empresário individual, apresentar contrato social chancelado pela junta comercial, estatuto social, ou outro instrumento de registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial ou publicação da mesma em jornal de grande circulação.
- 5.5.1.1 No caso de sociedade não empresária, apresentar ato constitutivo atualizado registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 5.5.2 Tratando-se de **Representante designado pela empresa licitante**, o credenciamento far-se-á por meio da apresentação de **Instrumento Público ou Particular de Procuração**, ou através de **Carta Credencial** (vide modelo ANEXO II) com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 5.5.2.1 No caso de Instrumento Particular de Procuração e/ou Carta Credencial (vide modelo ANEXO II), o procurador deverá apresentar o instrumento constitutivo da empresa, na forma estipulada no Subitem 5.5.1 e Subitem 5.5.2 e Cópia autenticada do Documento Oficial de Identidade do outorgante (somente no caso de representação por meio de Instrumento Particular de Procuração);
- 5.6 Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 5.7 O Pregoeiro deixa claro que não será disponibilizada aos licitantes, cópia xerografada de qualquer dos documentos solicitados. Toda a documentação mencionada nos itens acima deverá ser apresentada em via a ser disponibilizada de forma definitiva à **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS**, sob pena de não credenciamento;
- 5.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- 5.9 Se a documentação de credenciamento não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, o Pregoeiro considerará o proponente descredenciado;
- 5.10 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os **Licitantes Credenciados**, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio
- 5.11 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, ao Pregoeiro declarará **ABERTA A SESSÃO DO PREGÃO**, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados;

6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 6.1 Somente poderão participar do presente Pregão na condição de proponente:
- 6.1.1 **Empresas Individuais, Sociedades Comerciais e Cíveis**, regulamente, estabelecidas neste país, com inscrição no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 6.1.1.1 Os licitantes enquadrados na condição de **Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)**, por ocasião da participação, e que pretender utilizar-se das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº. 123/2006, deverão atender as exigências contidas do edital e seus anexos;
- 6.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- 6.2.1 Concordatárias ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação, ou concordata em recuperação Judicial ou Extrajudicial;
- 6.2.2 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993
- 6.2.3 Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
- 6.2.4 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;
- 6.2.5 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 6.2.6 Que estejam reunidas em Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, pois consideramos que a formação de consórcio prejudicaria o caráter competitivo do certame para esse objeto, sendo vedada também à participação de empresa, cujo dirigente majoritário participe como acionista de outra empresa do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação;
- 6.2.6.1 No que se refere à vedação de consórcio, cabe mencionar que tratar-se de faculdade da Administração constante do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento;
- 6.2.7 Estrangeiras que não funcionem no País;
- 6.2.8 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações.
- 6.3 Como condição de participação após o credenciamento, os licitantes deverão entregar, em separado e fora dos envelopes de Proposta e Habilitação, ao Pregoeiro:
- 6.3.1 Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme previsto no **inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/2002, (Vide Modelo ANEXO III)**, excetuada a existência de ressalvas quanto à regularidade fiscal para **MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e EQUIPARADAS (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI)**;
- 6.3.2 Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos, assinada por quem de direito, de elaboração independente de proposta, em cumprimento ao disposto na **Portaria SDE Nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, (Vide Modelo ANEXO IV)**;
- 6.3.2.10 licitante que desejar reproduzir as informações constantes do Modelo de Declaração de elaboração independente Proposta (**ANEXO IV**), deste Edital, poderá assim fazer, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Modelo indicado.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 6.3.3 Declaração, separada de qualquer dos envelopes, assinada por quem de direito, de Enquadramento como “Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI), conforme incisos I e II do Artigo 3º e § 1º do Artigo 18-A da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e da Lei 11.488/2007, (vide modelo ANEXO V);
- 6.3.3.1 Aplica-se a Lei Complementar nº 123/2006, nas condições estabelecidas do subitem acima, as empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI), sendo necessária a posterior regularização fiscal, caso venha a formular lance vencedor, que somente será exigida por ocasião da assinatura do Contrato;
- 6.3.3.2 O licitante que não dispôr da Declaração de Enquadramento como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI) exigida no subitem 6.3 alíneas c) ou apresentá-la com qualquer incorreção, poderá substituí-la pela Certidão expedida pela junta comercial do Estado sede da licitante, conforme **Artigo 8º da Instituição Normativa nº 103**, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC;
- 6.3.4 As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI) que não apresentarem a documentação prevista no subitem 6.3 alíneas c), implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios previstos nos **art. 42 a 45** da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.3.5 Tratando-se de **Simplex**: Apresentar o **Comprovante de opção pelo Simplex**, que poderá ser obtido, através de consulta ao site da Secretaria da receita federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>, antes da abertura do certame;
- 6.3.6 Termo de Autorização de Vistoria e Inspeção de estabelecimentos, separada de qualquer dos envelopes, devidamente preenchido e assinado por quem de direito, conforme modelo abaixo:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE VISTORIA E INSPEÇÃO	
A (Nome da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) do Registro Geral nº. _____ e CPF nº _____, AUTORIZA em atendimento ao previsto no Pregão Presencial nº 002/2017 , a vistoria, inspeção e verificação do estabelecimento sede da licitante, que fica localizado na rua _____ (endereço completo).	
Local e Data (_____), / / .	
(rep. legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa) (Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)	

- 6.3.6.1 A vistoria, inspeção e verificação e desclassificação se fará em qualquer fase do processo administrativo que gerou o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017**, mediante termo de autorização, conforme modelo apresentado no **subitem 6.3.6** do edital;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

6.3.6.2A não apresentação deste Termo de Autorização de Vistoria e Inspeção de estabelecimentos após o credenciamento, não desclassificará a licitante do certame preliminarmente, visto que, tal autorização poderá ser concedida na forma verbal e registrada na ata da sessão, que será lavrada e assinada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio e por todos os participantes.

6.3.6.3 Caso seja constatado por funcionário da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS**, que a empresa não possui estrutura para executar os serviços, a mesma estará desclassificada.

7 DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço de interesse do licitante e os documentos que a instruírem será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a **Lei nº 10.520/2002** e, subsidiariamente, com as normas da **Lei 8.666/1993** e suas modificações e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinado;

7.2 A documentação exigida para **Proposta de Preços** deverá seja apresentada no mesmo ato, até a data, hora e local designados neste edital, separadamente, em envelopes fechados, opacos, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("**Propostas de Preços**"), na forma a seguir:

ENVELOPE N° 1 PROPOSTA DE PREÇOS
À PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS Pregoeiro e Equipe de Apoio Pregão Presencial nº 002/2017 - SRP Data: 03/05/2017 Hora: 09h00min Razão Social da Empresa Licitante: CNPJ/MF do Proponente:

7.3 A documentação exigida para **Habilitação** deverá seja apresentada no mesmo ato, até a data, hora e local designados neste edital, separadamente, em envelopes fechados, opacos, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("**Documentos de Habilitação**"), na forma a seguir:

ENVELOPE N° 2 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
À PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS Pregoeiro e Equipe de Apoio Pregão Presencial nº 002/2017 - SRP Data: 03/05/2017 Hora: 09h00min Razão Social da Empresa Licitante: CNPJ/MF do Proponente:

7.4 Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes que contêm as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas.

7.5 Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços não será admitido pedido de desistência, sem que fique o licitante sujeito à aplicação de sanções previstas na **Lei nº 10.520/2002**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente analisado e aceito pelo Pregoeiro previsto no artigo 43, §6º da **Lei 8.666/93**.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.6 A Proposta, uma vez aberta vinculará o licitante, obrigando-o, caso seja vencedor, ao cumprimento do seu objeto, nas condições definidas no Edital consoante dispõe a Lei nº 10.520/2002.
- 7.7 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes;
- 7.8 Os envelopes, com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja assinado o contrato ou até o vencimento da validade da (s) proposta (s). Após este lapso temporal, as empresas poderão retirá-los no prazo de até **30 (trinta) dias**, sob pena de inutilização dos mesmos, facultada a retirada dos mesmos, no ato de lavratura da ata da sessão por ocasião de solicitação de seus representantes devidamente credenciados;

8 DA PROPOSTA DE PREÇOS “ENVELOPE N° 1”

- 8.1 A proposta de preços, deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante, devendo também conter:
- 8.1.1 Valor unitário e total do objeto;
 - 8.1.2 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
 - 8.1.3 Descrição detalhada de nome ou razão social do proponente, **endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail)**, este último se houver, para contato, bem como: nome do representante, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a adjudicatária.
- 8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 8.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.5 Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido em razão de Recurso Administrativo, o prazo de validade da Proposta fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que estiver suspenso.
- 8.6 Decorrido o prazo de validade da Proposta sem convocação para a assinatura da ata de registro de preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, podendo o Órgão Gerenciador, abrir negociação para manter o preço proposto.
- 8.7 O Pregoeiro poderá solicitar prorrogação do prazo de validade da Proposta sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a Proposta não poderá ser modificada.
- 8.8 A planilha orçamentária anexa ao termo de referência apresenta as quantidades, preços unitários e totais do objeto. Os preços unitários devem ser considerados como estimados, cabendo à Licitante, segundo metodologia própria, avaliar e adotar seus próprios valores;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 8.9 As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do edital e seus anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos da seguinte forma:
- Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
 - Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e trocando-se a soma;
 - Erro de lançamento de quantitativos na planilha orçamentária: será corrigido, considerando as quantidades corretas exigidas no orçamento do termo de referência;
- 8.10 O valor total do item da proposta (**adotando-se duas casas decimais aproximadas**) será ajustado em conformidade aos procedimentos acima. O valor resultante constituirá o Valor Registrado;
- 8.10.1 Em caso de divergência, entre os valores dos itens e o valor total será considerado o primeiro;
- 8.11 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivo ou manifestamente inexequível;
- 8.12 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Se o Licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada;

9 DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará os autores das propostas de **Menor Preço Global**, bem como aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de menor preço;
- 9.2 Não havendo pelo menos **03 (três)** propostas escritas de preços iniciais nas condições definidas no **item acima**, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o art. 4, inciso IX da Lei nº 10.520/2002 classificará as melhores Propostas, até o máximo de **03 (três)**, para que seus autores participem dos lances verbais e sucessivos, adotando os seguintes critérios:
- 9.2.1 Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores Propostas subsequentes, completando o número de três, para que os autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados, observados o preço máximo da licitação;
 - 9.2.2 Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma Proposta subsequente, visando completar o número de três para que seu autor possa apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes qualquer que seja o preço inicialmente ofertado, observados o preço máximo da licitação.
- 9.3 Caso não haja licitante credenciado dentre os convocados para completar o número de três Propostas na forma do **subitem 9.2.1** e **subitem 9.2.2**, serão considerados os preços ofertados por estes licitantes constantes das suas Propostas, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais.
- 9.4 Quando houver Proposta com preço acima do máximo estabelecido na Licitação, o Pregoeiro, caso não selecione Propostas nas condições definidas no **subitem 9.2.1** e **subitem 9.2.2** poderá o pregoeiro negociar com o licitante com o intuito de redução do seu preço ao preço máximo estabelecido no Edital.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 9.5 As propostas serão julgadas e a adjudicação será feita à proposta que apresentar o menor preço e estiver de acordo com as normas deste edital.

10 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1 Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para a disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.2 Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com os licitantes, devidamente credenciados, aptos para tal fim.
- 10.3 Iniciada a competição, o lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, não se admitindo lances visando ao empate nem lances cuja diferença seja mínima.
- 10.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo pregoeiro.
- 10.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor.
- 10.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 10.7 Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:
- 10.7.1 Produzidos no País;
 - 10.7.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 10.7.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 10.8 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 10.9 A etapa competitiva encerrar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, nenhum dos licitantes apresentarem novo lance.
- 10.10 O pregoeiro informará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE:

- 11.1 Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)**, nos termos do Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, com a redação dada Lei Complementar nº 147/2014;
- 11.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)** sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 11.3 Para efeito do disposto no subitem 11.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 11.3.1 Classificação das propostas de **Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)** que se enquadrem na situação prevista no subitem 11.2;
 - 11.3.2 A **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)** mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de **5 (cinco)** minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;
 - 11.3.3 Não sendo apresentada proposta pela **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)**, na situação do subitem 11.3.2, ou não ocorrendo à regularização fiscal na situação dos subitens 12.5.6.1 e 12.5.6.2, ou, ainda, não ocorrendo à contratação, serão convocadas, na ordem e nos mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do subitem 11.3.1, para o exercício do mesmo direito;
 - 11.3.4 No caso de propostas iguais apresentadas por **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)**, no percentual previsto no subitem 11.2 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro vai apresentar novo lance.
- 11.4 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 11.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar;
- 11.5 O disposto no subitem 11.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas (Microempreendedor Individual - MEI)**;

12 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço e à exequibilidade.
- 12.2 Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.
- 12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 12.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para apresentar documento, estabelecendo na sessão prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.3.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 12.3.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 12.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 12.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando na sessão nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 12.6 O Pregoeiro poderá apresentar contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 12.6.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.6.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA COMO CRITÉRIO DE CONTRATAÇÃO

- 13.1 Conforme instituído pelo **artigo 48, §3º, da redação dada pela Lei Complementar 147/2014**, fica assegurada a prioridade de contratação das **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP)** sediadas, local ou regionalmente, justificadamente, até o limite de **10% (dez por cento)** do melhor preço válido.
- 13.1.1 Outro sim, para os benefícios referidos no subitem acima, deverá haver um mínimo de **03 (três)** fornecedores competitivos enquadrados como **Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)** sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, caso contrário, aplica-se o critério de ampla participação, e esta poderá ser adjudicada normalmente a proposta com a melhor oferta válida no certame, conforme **art. 49, inciso II, da LC 123/2006**.
- 13.1.2 **OUTRAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO REGULAMENTO INSTITUÍDO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 001/2015 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015**.

14 DA HABILITAÇÃO

- 14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 14.1.1 Cadastro das Empresas Inidôneas e Suspensas do Estado de Alagoas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Alagoas;
(Sitio: <http://www.controladoria.al.gov.br/ceis>);
- 14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
(Sitio: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>);
- 14.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
(Sitio: <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>);
- 14.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
(Sitio: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 14.4 Como condição básica para a fase de habilitação, o licitante deverá apresentar, em um envelope fechado, lacrado e rubricado nas abas por ele e demais participantes, cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, em uma via ou se preferir, cópias acompanhadas do original autenticadas pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio do órgão que realizará o Pregão:

14.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 14.4.1.1 Tratando-se de **Empresário Individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 14.4.1.2 Tratando-se de **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.4.1.3 Tratando-se de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 14.4.1.4 Tratando-se de **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP**: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 14.4.1.5 Tratando-se de **Empresa ou Sociedade Estrangeira** em funcionamento no país, Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir;

14.4.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 14.4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do ministério da fazenda (CNPJ) - situação ATIVA (Sítio: www.receita.fazenda.gov.br);
- 14.4.2.2 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 14.4.2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Fazenda Municipal** comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal, emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta licitação;
- 14.4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Fazenda Estadual**, comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal, emitida pela Secretaria Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- 14.4.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Fazenda Federal**, comprovada mediante o fornecimento de **Certidão Conjunta RFB/PGFN**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e aos demais tributos e contribuições federais por ela administrados. (Sítio: www.receita.fazenda.gov.br).



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 14.4.2.6 Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (Site: www.caixa.gov.br).
- 14.4.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; (Site: www.tst.gov.br/certidao).

14.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 14.4.3.1 Comprovação de **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido** igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor da **contratação**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, de acordo com § 3º do Art. 31 da Lei Federal **8.666/93**, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, na forma da lei, garantindo segurança aos atos da Prefeitura.
- 14.4.3.2 **Certidão que Comprove a Inexistência de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física, com data de expedição não superior a **60 (sessenta) dias**, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

14.4.4 DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- 14.4.4.1 Atestado de Capacidade Técnica (vide modelo **ANEXO IX**), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando boa qualidade dos serviços prestados quanto a execução dos serviços, compatíveis em características com o objeto deste certame, conforme especificações contidas no termo de referência em anexo;

14.4.5 DECLARAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS

- 14.4.5.1 Declaração, separada de qualquer dos envelopes, assinada por quem de direito, de que não possui em seus quadros de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de **16 (dezesesseis)** anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da **Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99)**, conforme **ANEXO VI**;
- 14.4.5.2 Declaração, separada de qualquer dos envelopes, assinada por quem de direito, dando ciência sob as penalidades cabíveis, quanto à superveniência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme **ANEXO VII**.

14.5 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- 14.5.1 O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, será inabilitado;
- 14.5.2 Os documentos exigidos do **subitem 14.4.1** para habilitação jurídica, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 14.5.3** O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida do **subitem 14.4.2** para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 14.5.4** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.5.5** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.5.6** Em se tratando das **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** ou equiparadas (**Microempreendedor Individual - MEI**), a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (LC N.º 123, de 14/12/2006, atualizada pela LC N.º 147/2014 de 07/08/2014):
- 14.5.6.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das **Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)** ou equiparadas (**Microempreendedor Individual - MEI**), será assegurado o prazo de **05 (Cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme **§1º, artigo 43**, redação alterada pela **LC 147/2014**;
- 14.5.6.2** A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem **13.5.6.1** acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços, ou revogar a licitação.
- 14.5.7** A validade das certidões referidas no **subitem 14.4.2, subitens 14.4.2.3, 14.4.2.4, 14.4.2.5, 14.4.2.6 e 14.4.2.7** e no **subitem 14.4.3.2**, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a administração convencionou o prazo como sendo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.
- 14.5.8** Caso a certidão(ões) expedida pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) **POSITIVA (S)**, deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou seja, juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a **60 (sessenta) dias** da data de recebimento das propostas.
- 14.5.9** Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 14.5.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, consignado na ata a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 14.5.11 Quando todos os licitantes forem inabilitados, poderá ser fixado o prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novos documentos, com eliminação das causas apontadas no ato de inabilitação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993).
- 14.5.12 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata.

15 DA READEQUAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 15.1 A licitante adjudicatária deverá apresentar em via impressa, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas por quem detenha poderes para tal, e em meio magnético (formato Word/Excel), sua proposta readequada à etapa de lances, no prazo máximo de **05 (Cinco) dias úteis** do ato de ciência da adjudicação, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital relativas ao retardamento do certame.
- 15.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e a Administração não aceitará, quando da readequação dos preços na forma do subitem acima, que estes se apresentem superiores àqueles preliminarmente apresentados em sua proposta de preços contida no **Envelope nº 1** e ainda, **quando for apresentada com o prazo expirado da data limite de entrega**.
- 15.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a adjudicatária.

16 DOS RECURSOS

- 16.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** ou equiparadas (**Microempreendedor Individual - MEI**), se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo cinco minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.
- 16.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.2.1 A petição será feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas **razões**.
- 15.2.2 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.2.3 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.2.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 16.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1 A **adjudicação** do objeto do presente certame será viabilizada ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;
- 17.2 A **homologação** da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela autoridade competente.

18 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA

- 18.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.2 Formam o **Cadastro de Reserva** os licitantes que aceitarem registrar os preços e quantitativos dos bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado, segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, para o caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos **Arts. 20 e 21 do Decreto nº 7892/2013**;
- 18.3 No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar de assinar a **Ata de Registro de Preços**, sem prejuízo das cominações previstas a ele neste edital, a administração convocará os demais licitantes, obedecendo à ordem de classificação;
- 18.4 As convocações de que tratam o **subitem 17.2** deverão ser atendidas no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável apenas **01 (uma)** única vez a critério da Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Art. 81 da Lei nº 8.666/93** e neste edital;
- 18.5 Sempre que a licitante vencedora não atender à convocação, nos termos definidos no **subitem 17.3**, é facultado a administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação;
- 18.6 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a **adjudicatária** obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as condições mais favoráveis à Administração;
- 18.7 A **Ata de Registro de Preços** vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, e produzirá efeitos a partir da data de sua publicação, com fundamento no **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, com redação dada pelo **Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014**;
- 18.8 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelos motivos elencados nos artigos 77 e 78 e das formas previstas no artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

19 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 19.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/1993 e no Decreto nº 001/2015, de 19 de fevereiro 2015.
- 19.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 19.3** Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado o **Órgão Gerenciador** deverá:
- 18.3.1** Convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua readequação ao praticado no mercado;
 - 18.3.2** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e, o **Órgão Gerenciador** convocará os demais fornecedores, visando à igual oportunidade de negociação;
- 19.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **Órgão Gerenciador** poderá:
- 19.4.1** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, o **Órgão Gerenciador** convocará os demais fornecedores, visando à igual oportunidade de negociação;
- 19.5** A alteração da **Ata de Registro de Preços** dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.
- 19.6** Não havendo êxito nas negociações, o **Órgão Gerenciador** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 20.1** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). A contratação terá prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, prorrogável na forma do **art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93**.
- 20.2** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 20.3** Os prazos previstos no subitem anterior poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 20.4** Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta as certidões fiscais e trabalhistas, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 20.4.1** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até **05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 20.5** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

21 DO PREÇO

- 21.1 Os preços são fixos e irreeajustáveis.
- 21.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93 e no Decreto n° 001/2015, de 19 de fevereiro 2015.

22 DA GARANTIA DO OBJETO:

- 22.1 A licitante responderá solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que tornem os **Serviços** inadequados ou a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o Município de Dois Riachos exigir a substituição das partes viciadas.
- 22.2 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, poderá o Município de Dois Riachos exigir, alternativamente e à sua escolha:
- 22.2.1 A substituição do **Objeto** por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de execução;
 - 22.2.2 A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
 - 22.2.3 O abatimento proporcional do preço.

23 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 23.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

24 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 24.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

25 DO PAGAMENTO

- 25.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 25.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n° 8.666, de 1993.
- 25.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “**atesto**” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 25.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 25.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 25.6** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.
- 25.7** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **10 (dez) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 25.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 25.9** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 25.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 25.11** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 25.12** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 25.12.1** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

26 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1** O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações administrativas previstas na Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei nº 12.846, de 2013, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções nelas previstas, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 26.2** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.
- 26.3** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 26.4** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

27 DOS VALORES ESTIMADOS E DOS RECURSOS FINANCEIROS:

- 27.1 O valor estimado para as despesas, objeto deste certame, perfaz a ordem de **R\$ 199.200,00 (cento e noventa e nove mil e duzentos reais)**, representados pelos valores aduzidos nos lotes relacionados no **ANEXO I**, parte integrante deste edital.
- 27.2 Os valores indicados no **ANEXO I** correspondem à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório
- 27.3 As despesas decorrentes da contratação dos serviços serão cobertas pelas Leis Orçamentárias do **Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas**, para o exercício de **2017**, consignadas nas seguintes dotações orçamentárias:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ORIGEM DOS RECURSOS
04.00.04.40.2.005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ELEMENTO DE DESPESA (1): 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	

28 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 28.1 Até **02 (dois) dias úteis**, antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, através de petições protocoladas, encaminhadas ao Pregoeiro, que decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro horas).
- 28.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pm2riachos@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na sala da Comissão Permanente de Licitação, sito no endereço acima, anexando os seguintes documentos, sob pena de não acolhimento.
- Cópia devidamente autenticada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ;
 - Procuração (quando for o caso);
 - Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).
- 28.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 28.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública.
- 28.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 28.6 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 28.7 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

29 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1 Fica assegurada a administração, sem que caiba às Licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, o direito de:
- 29.1.1 Adiar a data de abertura das propostas, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por escrito, às Licitantes que já tenham retirado o Edital, com a antecedência de pelo menos **24 (vinte e quatro) horas**, antes da licitação,



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 29.1.2** Anular ou revogar, a presente Licitação, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público decorrente de fato impeditivo devidamente comprovado, dando ciência aos interessados mediante fac-símile a ser confirmado por carta registrada;
- 29.1.3** Alterar as condições deste Edital, do Termo de Referência ou qualquer documento pertinente a esta licitação, fixando novo prazo para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações;
- 29.2** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 29.3** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.4** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.5** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.7** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 29.8** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 5.1** O Edital está disponibilizado, na íntegra, através do e-mail: pm2riachos@gmail.com, e também poderá ser lido ou obtido na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada na Avenida Miguel Vieira Novais, nº 100, Centro, Dois Riachos, Estado de Alagoas, nos dias úteis, no horário das **08:00 horas às 13:00 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 29.9** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

DESCRIMINAÇÃO	
Anexo I	Termo de Referência, Especificação e quantitativos do Objeto.
Anexo II	Modelo de Credenciamento.
Anexo III	Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520 de 17/07/2002.
Anexo IV	Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
Anexo V	Modelo de Declaração obrigatória de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
Anexo VI	Modelo Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).
Anexo VII	Modelo de Declaração de superveniência de Fato Impeditivo.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

Anexo VIII	Modelo Padrão de Proposta Comercial.
Anexo IX	Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.
Anexo X	Minuta de Ata de Registro de Preços.
Anexo XI	Minuta de Contrato.

Dois Riachos (AL), 13 de abril de 2017.

ALESSANDRO LOPES BARROS
Pregoeiro



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO I
Especificações Técnicas Mínimas e
Quantitativos do Objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1464.0207009.2017

1. INTRODUÇÃO.

- 1.1 O município de Dois Riachos, Estado de Alagoas pretende contratar, com base na Lei n°. Lei n°. 10.520/2002 subsidiária com a Lei n° 8.666/1993, e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes ou outras que vierem a substituí-las, empresa especializada para a prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados neste Termo de Referência.

2. DO OBJETO

- 2.1 O presente termo de referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência. São destinados a toda a Administração Pública do Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito abaixo:

ÍTEM	QUANT.	MESES	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	PREÇOS MÉDIOS	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	12	Contabilidade da Secretaria de Finanças.	R\$ 2.833,33	R\$ 33.999,96
2	2	12	Contabilidade da Secretaria de Saúde.	R\$ 2.750,00	R\$ 33.000,00
3	2	12	Contabilidade da Secretaria de Educação.	R\$ 2.750,00	R\$ 33.000,00
4	2	12	Contabilidade da Secretaria de Assistência Social	R\$ 2.750,00	R\$ 33.000,00
5	9	12	Planejamento	R\$ 2.750,00	R\$ 33.000,00
6	10	12	Protocolo	R\$ 2.766,67	R\$ 33.200,04
					R\$ 199.200,00

3. DO PREÇO

- 3.1 O preço estimado para as despesas, objeto deste certame, perfaz a ordem de **R\$ 199.200,00 (cento e noventa e nove mil e duzentos reais)**, representados pelos valores aduzidos dos itens relacionados na planilha de estimados
- 3.2 O preço ofertado pela licitante vencedora e aceito pela administração será registrado na Ata de Registro de Preços

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 A Prefeitura Municipal de Dois Riachos, comprometida com o zelo que o interesse público exige, mormente no que tange à proteção do Erário, através do controle dos gastos públicos, e, em razão da necessidade de atender as demandas da prefeitura, para perfeita e regular contabilização geral das receitas e despesas, em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Tribunal de Contas da União e demais normas do direito financeiro, justifica a presente licitação.
- 3.1 A presente licitação é tida como de execução indireta, conforme previsão contida pelo art. 1º, § 1º do Decreto n° 2.271/1997, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 3.2 O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 1.737/2012 - Plenário, ainda na vigência do Decreto nº 3.931/2011, assentou que é possível o registro de preços de serviços contínuos desde que atendidas quaisquer das hipóteses do inciso 2º desse regulamento, atualmente substituído pelo art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.
- 3.3 O sistema de registro de preços, antes restrito a compras, pode ser utilizado na contratação de prestação de serviços. Os quantitativos dos serviços de natureza continuada devem ser mensurados com antecedência, o que impediria o enquadramento de casos dessa natureza à hipótese prevista no inciso IV do art. 2º do Decreto 3.931/2001, atualmente substituído pelo art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.
- 3.4 A utilização do Sistema de Registro de Preços, contudo, inclusive para contratação de serviços contínuos, pode ser justificada pelas outras hipóteses que ensejam a adoção, explicitadas nos incisos I, II e III desse mesmo artigo. Ressalta-se, porém, a necessidade de fixar, no instrumento convocatório, os quantitativos máximos a serem contratados e controlar as adesões posteriores, para que esses limites não sejam superados, por ofensa aos princípios da competição, da igualdade de condições entre os licitantes e da busca da maior vantagem para a Administração Pública. Acórdão nº. 1737/2012-Plenário, TC-016.762/2009-6, rel. Min. Ana Arraes, 4.7.2011.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

- 5.1 As especificações consistem na conferência de documentos das áreas contábil e financeira; Análise documental e classificação contábil; Orientação e acompanhamento dos serviços realizados; Análise de balancetes das receitas e das despesas mensais; Elaboração da Proposta Orçamentária e Suplementação sempre que necessário; Elaboração do Balanço Geral do exercício financeiro; Elaboração da L.D.O. (Lei de Diretrizes Orçamentárias); Outros Serviços necessários na área contábil e financeira;
- 5.2 A proponente devesse colocar à disposição da Prefeitura sempre que necessário e pelo tempo que as atividades exigirem, pessoal habilitado, para os serviços exigíveis; Disponibilidade de software destinado a contabilidade pública; Elaboração de Balancetes mensais; Elaboração dos Relatórios da LRF; Elaboração e envio das remessas do SICAP Contábil, SICAP Folha de Pagamento, SICAP Transparência, SICAP Exigibilidade, SIOPE, SIOPS, SICONF, SUASWEB e CAUC; Disponibilidade de software destinados ao protocolo; Cadastrar os processos no protocolo; Acompanhar a tramitação dos processos nas unidades gestoras; e Emitir relatório de acompanhamento dos processos cadastrados.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos legais, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 6.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 6.3 Os referidos softwares serão destinados a toda Administração Pública Municipal.
- 6.3.1 Os sistemas se destinam a toda estrutura da Administração Pública Municipal, com acesso simultâneo de usuários, inclusive com a prestação de serviços técnicos correlatos, nos termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos.
- 6.3.2 Os serviços técnicos especializados a serem contratados mediante a realização deste Pregão Presencial compreendem a conversão, a implantação, a parametrização, o treinamento e capacitação, a manutenção e o suporte técnico.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 6.3.3** Por questões de compatibilidade, padronização, integração e outras relacionadas à conveniência administrativa, o licenciamento de todos os sistemas ocorrerá com uma única licitante, podendo estar inseridos em executável único ou em vários, a critério da licitante.
- 6.3.4** Os sistemas deverão estar baseados no conceito de transações, mantendo a integridade dos dados em caso de queda de energia e/ou falha de software/hardware.
- 6.3.5** Os sistemas deverão permitir acesso simultâneo de usuários por módulo.
- 6.3.6** Gerar os arquivos de intercâmbio de dados para alimentar automaticamente os sistemas de Auditoria adotados pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, conforme layouts e parâmetros estipulados por este.
- 6.3.7** Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:
- a) Configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;
 - b) Configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;
 - c) Executar automaticamente o backup em horários previamente agendados;
 - d) Permitir o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos sistemas;
 - e) Possuir relatórios de backups efetuados;
 - f) Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
 - g) Permitir a compactação/descompactação do backup para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento.
 - h) Permitir a integração de dados, automaticamente ou através de arquivos de intercâmbio de informações, em especial:
 - i) Planejamento e Tesouraria com o Sistema de Contabilidade.
- 6.3.8** Os sistemas deverão utilizar sistema gerenciador de banco de dados, sendo que não será aceito Gerenciador de Banco de Dados dos quais não se tenha garantia de continuidade no mercado, garantia de assistência técnica pelo desenvolvedor, ou ainda impossibilidade jurídica de ressarcimento por danos causados pelo seu mau funcionamento.
- 6.3.9** Os sistemas deverão rodar nos equipamentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal ou em ambiente web. Os sistemas de escrituração eletrônica, nota fiscal eletrônica e atendimento ao cidadão deverão ser necessariamente em ambiente web, acessível por qualquer usuário em qualquer lugar com acesso à internet mediante simples carregamento da página respectiva em qualquer navegador de internet.
- 6.3.10** Os sistemas devem possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada sistema.
- 6.3.11** Possibilitar a segurança total dos dados, mantendo a integridade do Banco de Dados e conter mecanismos de proteção que impeçam a perda de transações já efetivadas.
- 6.3.12** Possuir auditoria automática nas tabelas dos sistemas registrando todas as operações de inclusão, exclusão e alteração, data, hora e usuário que efetuou a operação, mantendo a informação anterior para consulta dos dados antes da alteração efetuada.
- 6.3.13** Registrar todas as tentativas de entrada (login) e saída (logoff) no sistema, gravando as respectivas datas, horas e os usuários.
- 6.3.14** Possibilitar ajuda On-Line, permitindo consultar todas as opções existentes no sistema ou ajuda específica para o campo onde se está no momento.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 6.3.15** Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou jato de tinta, permitindo a visualização dos relatórios em tela; salvá-los em arquivos para posterior impressão e em arquivo PDF com a possibilidade de assinar digitalmente.
- 6.3.16** Permitir selecionar no momento da impressão do relatório qualquer impressora disponível na rede, possibilitando escolher tamanho de papel, configurar margens, selecionar intervalos de páginas, indicar o número de cópias a serem impressas e demais opções disponíveis na impressora.
- 6.3.17** Possibilitar a reparação do banco corrompido a partir de um “check point” permitindo a reconstrução do banco de dados com os registros atualizados, desde o último backup e o momento da falha.
- 6.3.18** Possibilidade de recuperar o banco a partir do arquivo de transação (log).
- 6.3.19** Possibilitar o acesso ao banco dados de fora do ambiente da prefeitura (remotamente) em casos de necessidade.
- 6.3.20** Possuir consulta rápida aos dados cadastrais dos sistemas, sendo generalizada através de tecla de função, com acesso de qualquer local do sistema.
- 6.3.21** Os sistemas/módulos deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos.
- 6.3.22** Para operacionalização dos sistemas, o usuário só poderá efetuar a entrada de dados via sistema.
- 6.3.23** As atualizações deverão estar disponíveis na internet ou serem remetidas por meio digital a critério da contratante.
- 6.3.24** Permitir realizar atualização do sistema e da estrutura do banco de dados de forma padronizada, possibilitando:
- Auto-atualização através da rede local, com definição de vários repositórios de acesso;
 - Configurar os usuários que poderão executar a atualização;
 - Garantir que a atualização de banco seja executada sem nenhum usuário conectado ao sistema, e não permitir que durante a atualização os usuários acessem o sistema,
 - Impossibilitar o acesso ao sistema no caso de erro durante a atualização até que seja solucionado,
 - Possuir relatórios das atualizações efetuadas.
- 6.3.25** Deverá ser disponibilizado um técnico da empresa, em todos os dias úteis semanais e no horário de expediente, no Município, para efetuar a manutenção do sistema, além de serviços presentes neste Anexo.

7. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS:

7.1 SISTEMA DE CONTABILIDADE:

- 7.1.1** O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.



Estado de Alagoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS

Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas

CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.1.2 Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os Artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro DIÁRIO.
- 7.1.3 Possibilitar a integração com o Sistema de Licitações, possibilitando a geração dos fornecedores para o Sistema de Licitações, e possibilitando que o Sistema de Licitações gere os empenhos automaticamente para o Sistema de Contabilidade pública.
- 7.1.4 Possibilitar a integração com o Sistema de Folha de Pagamento, gerando automaticamente os empenhos, liquidações, ordens de pagamento e despesas extra orçamentárias de retenções.
- 7.1.5 Permitir a geração automática de empenhos, liquidações, pagamentos orçamentários e de restos a pagar, referente às prestações de contas da Câmara, por meio de importação de arquivos.
- 7.1.6 Permitir o cadastramento de mais de uma entidade na mesma base de dados, com contabilização distinta e que possibilite a emissão de relatórios mensais, anuais e da LRF de forma consolidada.
- 7.1.7 Permitir, quando for o caso, a importação dos movimentos dos Fundos, Fundações ou Autarquias, que estejam em ambientes externos e fora da rede, possibilitando a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada.
- 7.1.8 Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.
- 7.1.9 Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF.
- 7.1.10 Gerar as razões analíticas de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensado.
- 7.1.11 Possibilitar configurar permissões de acesso para que determinados usuários tenham permissões de acesso aos cadastros para consultas, mas sem permissão para efetuar alterações.
- 7.1.12 Atender as Portarias Federais em vigor, possibilitando a execução da Despesa e Receita, bem como permitir a emissão dos anexos exigidos, e de forma que em cada exercício estejam disponíveis a estrutura e descrições das Portarias Federais vigentes no período selecionado.
- 7.1.13 Permitir cadastrar históricos com textos padronizados, vinculando a conta a ser debitada e/ou creditada.
- 7.1.14 Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.
- 7.1.15 Permitir a anulação automática dos empenhos por estimativa no final do exercício, evitando a inscrição em restos a pagar.
- 7.1.16 Possibilitar o registro de sub-empenhos sobre o empenho Estimativo e Global.
- 7.1.17 Possibilitar o pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, sendo que a cada nota de pagamento deve permitir informar mais de uma conta pagadora, inclusive de bancos diferentes.
- 7.1.18 Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectiva, quando da prestação de contas.
- 7.1.19 Controlar as datas de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica.
- 7.1.20 Permitir registrar os pagamentos totais ou parciais das despesas de empenhos e restos a pagar.
- 7.1.21 Possibilitar a inclusão de vários descontos na liquidação de empenho e liquidação de restos a pagar não processados, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamentário, efetuando automaticamente os lançamentos nas contas nas contas orçamentárias e financeiras e de compensação.
- 7.1.22 Efetuar automaticamente as incorporações nas contas de patrimônio quando efetuada a liquidação de empenhos de aquisição de bem patrimonial.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.1.23 Efetuar automaticamente lançamentos na conta de compensado quando efetuar pagamento de empenho e prestação de contas dos empenhos de adiantamentos, auxílios e subvenções.
- 7.1.24 Efetuar automaticamente os lançamentos de baixa na conta patrimonial quando do registro da receita de dívida ativa e de alienação.
- 7.1.25 Efetuar o cancelamento de restos a pagar em contrapartida com conta de resultado definida pelo usuário.
- 7.1.26 Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, do Executivo, Legislativo e da Previdência.
- 7.1.27 Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.
- 7.1.28 Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.
- 7.1.29 Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.
- 7.1.30 Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra-orçamentária, possibilitando auditoria destas operações.
- 7.1.31 Emitir relatórios e gerar acompanhamento conforme, Art.48 e Art.73 Lei 131/09 - LRF, de 27 de maio de 2009, que altera a redação da Lei 101/00 - LRF, de 4 de maio de 2000.
- 7.1.32 Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 7.1.33 Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.
- 7.1.34 Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.
- 7.1.35 Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.
- 7.1.36 Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.
- 7.1.37 Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.
- 7.1.38 Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação.
- 7.1.39 Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 7.1.40 Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.
- 7.1.41 Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.
- 7.1.42 Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.
- 7.1.43 Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos, ou lançamentos indevidos.
- 7.1.44 Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 4 de maio de 2000.
- 7.1.45 Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o artigo 13 da Lei 101/00 - LRF de 4 de maio de 2000.
- 7.1.46 Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.
- 7.1.47 Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.
- 7.1.48 Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.1.49 Emitir os relatórios das Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU.
- 7.1.50 Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.
- 7.1.51 Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.
- 7.1.52 Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.
- 7.1.53 Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.
- 7.1.54 Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.
- 7.1.55 Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.
- 7.1.56 Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
- 7.1.57 Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
- 7.1.58 Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do Ministério de Previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
- 7.1.59 Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
- 7.1.60 Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
- 7.1.61 Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.
- 7.1.62 Emitir relatórios com as informações para o SISTN, no formato necessário.
- 7.1.63 Possibilitar a migração dos dados de anos anteriores para o sistema contratado.

7.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E/OU ORÇAMENTO:

- 7.2.1 Este sistema deverá permitir a elaboração da proposta para o Plano Plurianual, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para a Lei Orçamentária Anual, possibilitando a consolidação dos dados dos órgãos da Administração Direta e Indireta.
- 7.2.2 Permitir cadastrar as orientações do governo para elaboração do plano plurianual.
- 7.2.3 Permitir a configuração da máscara das fontes de recursos, iduso, grupo e especificação.
- 7.2.4 Permitir a configuração das assinaturas nos relatórios.
- 7.2.5 Permitir cadastrar e configurar informações adicionais para atender necessidade específica em alguns cadastros.
- 7.2.6 Permitir gerar arquivos para prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado.
- 7.2.7 Possibilitar a configuração de seleção para emissão dos relatórios.
- 7.2.8 Permitir a definição de macro objetivos a serem utilizados nos programas do Plano Plurianual.
- 7.2.9 Possibilitar o cadastro de programas, com as seguintes informações:

- a) Tipos dos Programas.
- b) Horizonte Temporal.
- c) Denominação.
- d) Objeto do programa.
- e) Justificativa.

- 7.2.10 Permitir estabelecer vínculo do programa de governo com:

- a) Indicadores e índices esperados.
- b) Órgão responsável.
- c) Público Alvo.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.2.11** Possibilitar o cadastro das ações para o atendimento dos programas, com as seguintes informações:
- Tipo da ação (Projeto/Atividade/Operações Especiais).
 - Tipo do orçamento (Fiscal/Seguridade Social/Investimentos de Estatais).
 - Unidade de medida, quando necessário.
 - Produto, quando necessário.
 - Título.
 - Finalidade e descrição.
- 7.2.12** Permitir registrar as audiências públicas realizadas para elaboração do PPA, LDO e LOA, bem como as sugestões da sociedade obtidas nas audiências públicas.
- 7.2.13** Possibilitar a avaliação da sugestão e a análise da viabilidade das sugestões obtidas nas audiências públicas.
- 7.2.14** Cadastrar Cenários macroeconômicos, com o objetivo de estimar a disponibilidade dos recursos do orçamento e orientações no que diz respeito ao ambiente macroeconômico esperado no período de implementação do Plano Plurianual.
- 7.2.15** Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser arrecadado, e as medidas a serem tomadas para realizar a arrecadação.
- 7.2.16** Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser gasto, e as medidas a serem tomadas para realizar o gasto.
- 7.2.17** Permitir a aplicação das metodologias cadastradas para as receitas e despesas.
- 7.2.18** Cadastrar receitas, possibilitando a identificação de cada fonte de destino.
- 7.2.19** Permitir cadastrar as despesas possibilitando:
- Identificar o programa e ação.
 - Informar as metas financeiras com a indicação da fonte de recursos.
 - Informar as metas físicas a serem alcançadas durante a execução do programa.
- 7.2.20** Permitir distribuir as metas financeiras para os exercícios pertencentes ao Plano Plurianual.
- 7.2.21** Manter o histórico das alterações efetuadas durante a vigência do plano plurianual.
- 7.2.22** Permitir cadastrar avaliação anual dos programas do plano plurianual, possibilitando a avaliação geral do plano.
- 7.2.23** Registrar a avaliação periódica dos programas, identificando a situação atual do programa.
- 7.2.24** Cadastrar as restrições e providências relativas à avaliação dos Planejamentos de Despesas.
- 7.2.25** Permitir o acompanhamento da execução das metas físicas dos Planejamentos de Despesas.
- 7.2.26** Possuir relatórios de acompanhamento e comparação da execução financeira.
- 7.2.27** Possuir relatórios de avaliação do plano plurianual.
- 7.2.28** Possuir relatório comparativo das previsões do PPA, LDO e LOA.
- 7.2.29** Permitir a emissão do projeto de lei do plano plurianual.
- 7.2.30** Possuir anexos e planilhas para envio ao Legislativo.
- 7.2.31** Possibilitar a cópia dos dados de outros Planos Plurianuais.
- 7.2.32** Possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA.
- 7.2.33** Permitir cadastrar as prioridades da LDO, definindo as metas físicas e as metas financeiras com identificação da fonte de recurso.
- 7.2.34** Não permitir a inclusão de prioridades que não estejam previstas no PPA.
- 7.2.35** Registrar a receita prevista para o exercício da LDO e para os dois exercícios seguintes.
- 7.2.36** Permitir cadastrar a previsão das transferências financeiras a fundos.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.2.37 Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser gasto, e as medidas a serem tomadas para realizar o gasto.
- 7.2.38 Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser arrecadado, e as medidas a serem tomadas para realizar a arrecadação.
- 7.2.39 Manter o histórico das alterações efetuadas na LDO.
- 7.2.40 Possuir cadastro de renúncia da receita, identificando o tipo e as formas de compensação da renúncia.
- 7.2.41 Possibilitar a integridade das previsões definidas na LDO, seja receita ou despesa, com as previsões definidas no PPA.
- 7.2.42 Permitir registrar as expansões da despesa e as suas respectivas compensações.
- 7.2.43 Permitir informar os riscos fiscais, identificando o tipo e a providência a ser tomada para o risco.
- 7.2.44 Permitir informar as projeções para o resultado nominal e o detalhamento mensal destas projeções.
- 7.2.45 Possuir relatórios gerenciais da previsão da receita e da despesa com possibilidade de agrupamento por fonte de recurso.
- 7.2.46 Possuir relatórios gerenciais de transferências financeiras, com opção de seleção pelo tipo da transferência.
- 7.2.47 Emitir os anexos nos moldes da Lei 4.320/64:

Anexo 1	Demonstrativo da Receita e Despesa segundo Categorias Econômicas.
Anexo 2	Receita por Categoria Econômica.
Anexo 2.a	Natureza da Despesa por Categorias Econômicas.
Anexo 5	Funções e Sub-funções de Governo.
Anexo 6	Programa de Trabalho do Governo.
Anexo 7	Programa de Trabalho do Governo (Consolidação).
Anexo 8	Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas conforme Vínculo.
Anexo 9	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções.
Anexo 9	Demonstrativo da Evolução da Receita.
Anexo 9	Demonstrativo da Evolução da Despesa.

- 7.2.48 Permitir a emissão do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 7.2.49 Emitir demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE.
- 7.2.50 Emitir demonstrativo das receitas e despesas próprias com a saúde.
- 7.2.51 Emitir demonstrativos baseados na Lei 101/00 (LRF):

Demonstrativo 1	Metas Anuais.
Demonstrativo 2	Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
Demonstrativo 3	Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
Demonstrativo 4	Evolução do Patrimônio Líquido.
Demonstrativo 5	Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.
Demonstrativo 6	Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.
Demonstrativo 6	Projeção Atuarial do RPPS.
Demonstrativo 7	Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
Demonstrativo 8	Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Anexo 1	Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas. Total das Receitas.
Anexo 1.a	Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas.
Anexo 2	Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas. Total das Despesas.
Anexo 2.a	Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

Anexo 3	Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário.
Anexo 4	Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal.
Anexo 5	Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida.
Anexo 6	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
Anexo 7	Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

- 7.2.52 Permitir copiar dados de outras LDO's possibilitando escolher: Despesas (Prioridades), Receitas, Transferências Financeiras, Renúncias e Compensação das Receitas, Expansão e Compensação das Despesas, Metodologias de cálculo, Resultado Nominal, Riscos Fiscais, e Projeções Atuariais.
- 7.2.53 Permitir copiar as receitas e despesas definidas no PPA, com a opção de efetuar o detalhamento das Contas de receita e de despesa, Fontes de recursos e Definição dos valores para as metas financeiras e físicas.
- 7.2.54 Possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA.
- 7.2.55 Permitir a integridade das informações entre LDO e LOA.
- 7.2.56 Permitir o cadastro da previsão da receita.
- 7.2.57 Possuir cadastro de projetos e atividades, possibilitando a identificação da ação que pertence a cada projeto/atividade, mesmo que a ação possua codificação diferente.
- 7.2.58 Permitir o cadastro das despesas que compõe o orçamento, com identificação do elemento da despesa fontes de recurso e valores.
- 7.2.59 Possuir cadastro de transferências financeiras entre todos os órgãos da Administração Direta e/ou Indireta, identificando o tipo da transferência (Concedida/Recebida).
- 7.2.60 Possuir relatórios de comparação da receita e despesa com opção de agrupamento por fonte de recurso.
- 7.2.61 Possuir planilha de identificação das despesas, possibilitando a seleção por: Despesa, Órgão, Unidade e Programa.
- 7.2.62 Possuir relatórios gerenciais da previsão da receita, despesa e transferências financeiras.
- 7.2.63 Permitir copiar dados de outras Leis Orçamentárias Anuais.
- 7.2.64 Permitir copiar as receitas e prioridades definidas na LDO, possibilitando o detalhamento de pelo menos, rubrica de receita, contas de despesa, fontes de recursos e valores para as metas financeiras.
- 7.2.65 Possibilitar a emissão de relatórios complementares, como: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal.
- 7.2.66 Possuir relatório para emissão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

7.3 SISTEMA DE PROTOCOLO E/OU PROCESSOS:

- 7.3.1 O Sistema de controle de Protocolo tem como objetivo o acompanhamento de todos os processos em andamento, fornecendo informações rápidas e confiáveis a respeito de todo o documento em trâmite, até o seu encerramento.
- 7.3.2 Permitir a consulta de processos através do código e ano, nome do requerente ou CPF/CNPJ, solicitação, unidades de entrada e unidade atual. Permitir, após feita a consulta, a visualização do roteiro (unidades) por onde tramitou o processo, os documentos utilizados na sua protocolização e as taxas cobradas no momento da abertura do processo.
- 7.3.3 Permitir o cadastramento do roteiro de cada processo por solicitação, informando a previsão de permanência em cada unidade, definindo ainda o grau de prioridade da solicitação e o valor da taxa a ser cobrada em cada solicitação.
- 7.3.4 Possibilitar a formatação de documentos para emissão de requerimentos e pareceres personalizados para cada assunto.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.3.5 Permitir efetuar a tramitação de um processo para uma unidade do roteiro planejado ou para outra unidade distinta.
- 7.3.6 Permitir registrar os pareceres sobre os trâmites dos processos, informar seu histórico, possibilitando definir quais usuários poderão visualizar os pareceres.
- 7.3.7 Exibir as unidades, os usuários e as datas de movimentação do processo em trâmite.
- 7.3.8 Permitir que cada departamento atualize ou consulte os processos sob sua responsabilidade, possuindo uma numeração única e com uma nova numeração a cada exercício.
- 7.3.9 Possibilitar o ajuntamento de processos por apensação ou anexação.
- 7.3.10 Possibilitar a digitalização de documentos solicitados no cadastramento do processo e também os documentos anexados ao processo.
- 7.3.11 Permitir a emissão de taxas (DAM) com código de barras para os processos que necessitam do pagamento de taxas.
- 7.3.12 Emissão do comprovante de protocolização do processo.
- 7.3.13 Possibilitar a baixa dos pagamentos das taxas (DAM) através de baixa automática com o arquivo bancário ou pela baixa manual (por processo ou por solicitação).
- 7.3.14 Possibilitar a consulta de processos selecionando: número ou ano, requerente, solicitação, unidades de entrada e unidades de destino.
- 7.3.15 Possibilitar a criação de fórmulas de validação para serem utilizadas nos cadastros de requerentes e processos.
- 7.3.16 Possuir relatórios Gerenciais para acompanhamento dos processos e demonstrando: processos conforme status, processos em tramitação, processos ajuntados, processos arquivados e encerrados.
- 7.3.17 Possibilitar o registro de movimentações externas (entidades externas) para o processo.
- 7.3.18 Possuir gráficos que auxiliam na análise e no desempenho das unidades conforme suas movimentações.
- 7.3.19 Possibilitar que o processo, após seu andamento, seja distribuído automaticamente aos usuários da unidade de destino.
- 7.3.20 Possibilitar o envio de mensagens via correio eletrônico (e-mail) no momento do andamento dos processos.
- 7.3.21 Possibilitar a movimentação de processos entre usuários da mesma unidade.
- 7.3.22 Possibilitar a transferência de processos encerrados e arquivados entre unidades distintas.
- 7.3.23 Possibilitar a exclusão dos andamentos existentes para o processo.
- 7.3.24 Definir quais as unidades permitem a entrada de processos.
- 7.3.25 Possibilitar a reabertura de processos encerrados e arquivados.

7.4 SISTEMA DE DIVULGAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS E/OU PORTAL DA TRANSPARÊNCIA:

- 7.4.1 O sistema de divulgação das contas públicas deverá atender as exigências legais quanto às publicações obrigatórias.
- 7.4.2 Ser hospedado em data-center da proponente a fim de manter os dados sempre disponíveis.
- 7.4.3 Importar os dados necessários dos demais sistemas, através de processos automatizados.
- 7.4.4 Possibilitar a criação de um link no sitio do governo municipal para acesso direto aos relatórios disponíveis.
- 7.4.5 Atender as exigências legais relativas à publicação e divulgação das contas públicas.

Obs.: Todo o Termo de Referência foi retirado do Manuais dos softwares atualmente utilizados pelo Município, que satisfazem a necessidade. Qualquer outra opção que seja implementada aos softwares, seja por melhoria ou alteração legal, não poderá ser cobrado pela empresa contratada.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

8. AVALIAÇÃO DO CUSTO

- 8.1 O presente termo visa orientar na avaliação do custo da **contratação (demonstrativo de resultados a serem alcançados)**, na definição dos métodos, especificações e quantitativo do(s) bens, obrigações da administração e da licitante vencedora, procedimentos de fiscalização (**controle de qualidade para todos os serviços**), de gerenciamento, prazo da entrega do(s) sistema(s) a serem adquiridos e sanções administrativas para o inadimplemento das obrigações assumidas;
- 8.2 O custo estimado foi apurado a partir de orçamentos recebidos de empresas especializadas ou através de pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares, conforme o caso.

9. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

- 9.1 A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “**Menor Preço**”, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União).

10. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 10.1 Os bens (softwares) a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

11. OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES

11.1 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OBRIGA-SE A:

- 11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.1.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 11.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;
- 11.1.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.1.8 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.1.9 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.1.10 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 11.1.11 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Adjudicatária com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Adjudicatária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2 A ADJUDICATÁRIA OBRIGA-SE A:

- 11.2.1 A Adjudicatária deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 11.2.1.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
 - 11.2.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 11.2.1.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
 - 11.2.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto;
 - 11.2.1.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
 - 11.2.1.6 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
 - 11.2.1.7 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
 - 11.2.1.8 Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;
 - 11.2.1.9 Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados, para fins de divulgação na internet;
 - 11.2.1.10 Substituir, no prazo de 48 horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
 - 11.2.1.11 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 11.2.1.12 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante;
- 11.2.1.13 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.2.1.14 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 11.2.1.15 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.2.1.16 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 11.2.1.17 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.2.1.18 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 11.2.1.19 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.2.1.20 Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 11.2.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.2.1.22 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.2.1.23 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.2.1.24 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra.
- 11.2.1.25 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Adjudicatária com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Adjudicatária que:
- 15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3 Fraudar na execução do contrato;
 - 15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 15.1.5 Cometer fraude fiscal;
 - 15.1.6 Não mantiver a proposta;
 - 15.1.7 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
 - 15.1.8 Obtiver vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - 15.1.9 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- 15.2 A Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a adjudicatária que:
- 15.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 15.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1 A vigência da futura **Ata de Registro de Preços** estará adstrita ao tempo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação em imprensa oficial.

17. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1 O Município se reserva o direito de cancelar a Ata de Registro de Preços independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Adjudicatária caiba o direito de indenização de qualquer espécie, no caso de falência, concordata ou dissolução da Adjudicatária, transferir, no todo ou em parte, a Ata, atraso na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias contados a partir da Ordem de Serviços sem que haja justificativa aceita.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 As partes estabelecem as seguintes condições gerais:
- 18.1.1 As partes concordam ser absolutamente necessário intercambiar informações, por toda a execução do objeto, sobretudo aquelas informações que possam vir a influenciar na definição de premissas e condições de contorno dos trabalhos.
- 18.1.2 O objeto será executado pela **adjudicatária**, de acordo com os seus métodos e padrões, desde que seja garantida a máxima qualidade, sempre baseados em práticas profissionais corretas, observadas as normas técnicas e legais aplicáveis;
- 18.1.3 As quantidades dos **serviços** são estimadas e a **administração** não se obriga a adquirir suas totalidades, o fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades, observando-se o que dispõe o parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

Dois Riachos (AL), 13 de abril de 2017.

ANTÔNIO DE PÁDUA JUNIOR
Secretário Municipal de Administração
Portaria 01/2017



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO II
Modelo de
Carta Credencial

CARTA CREDENCIAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL
Avenida Miguel Vieira Novais, n° 100, Centro
57.560-000 Dois Riachos - AL

A empresa, localizada na, CNPJ n°, por seu representante legal, abaixo assinado e identificado, vem pela presente CREDENCIAR o(a) Sr(a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade n°, inscrito no CPF/MF sob o n°, residente e domiciliado (a) na, n°, bairro, (cidade - UF), como seu(sua) representante para todos os atos referentes ao **PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017**, que tem por objeto a seleção de propostas visando ao **registro de preços** para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, com poderes para praticar todos os atos que se fizerem necessários, podendo para tanto, apresentar documentos, formular propostas, formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, manifestar interesse de recorrer, renunciar ou apresentar razões e contrarrazões de recursos administrativos, assinar atas e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: Apresentar este documento fora dos envelopes, e anexar cédula de identidade e contrato social chancelado pela junta comercial, estatuto social, ou outro instrumento de registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO III
Modelo de Declaração de Cumprimento
dos Requisitos de Habilitação

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) do Registro Geral nº. _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, que conhece e aceita o inteiro Teor Completo do Edital Deste Pregão Presencial nº. 002/2017 e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação, ciente das penalidades cabíveis.

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)

Observação: Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de “Proposta de Preços” e de “Documentos de Habilitação”.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO IV
Modelo de Declaração de Elaboração
Independente de Proposta

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins do disposto no edital, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação na licitação, **PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017** que:

- A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Dois Riachos antes da abertura oficial das propostas; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)

Observação: Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de “Proposta de Preços” e de “Documentos de Habilitação”.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO V
Modelo de Declaração de
Enquadramento Como “ME-EPP ou MEI”

DECLARAÇÃO

(FORA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA)

MODELO DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006.

A Empresa _____ inscrita no CNPJ n° _____ estabelecida na _____ através de seu contador _____, CRC n° _____ **DECLARA**, para os fins do disposto na Lei Complementar n°. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() - MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006;

() - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar n° 155, de 27 de outubro de 2016;

() - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme disposto no artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar n° 155, de 27 de outubro de 2016;

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÕES:

- Assinalar com um “X” a condição da empresa.
- Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (**Proposta de Preço e Habilitação**) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar n° 123/2006.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO VI
Modelo de Declaração em Relação ao
Trabalho de Menores

DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE MENORES

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) do Registro Geral nº. _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos). Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO VII
Modelo de Declaração de
Superveniência de Fatos Impeditivos

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ Inscrita no
CNPJ nº _____ sediada (endereço completo) _____, declara sob as
penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente
processo licitatório, modalidade **Pregão Presencial n°. 002/2017**, realizado pela Prefeitura Municipal
de Dois Riachos, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO VIII
Modelo Padrão de Proposta
Comercial

PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017

(Nome da empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do Registro Geral n°. _____ e CPF n° _____, propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Dois Riachos, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, conforme abaixo discriminado:

I - OBJETO:

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência. São destinados a toda a Administração Pública do Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas, conforme especificações e quantidades dos serviços, constantes no Termo de Referência, que integra este Edital como **ANEXO I**.

ÍTEM	QUANT.	MESES	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	PREÇOS MÉDIOS	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	12	Contabilidade da Secretaria de Finanças.		
2	2	12	Contabilidade da Secretaria de Saúde.		
3	2	12	Contabilidade da Secretaria de Educação.		
4	2	12	Contabilidade da Secretaria de Assistência Social		
5	9	12	Planejamento		
6	10	12	Protocolo		

(A sequência do preenchimento dos itens deve acompanhar rigorosamente a ordem descrita na planilha dos produtos (**ANEXO I**))

II - DADOS BANCÁRIOS

A proponente possui conta corrente n° _____, na agência n° _____, do Banco do Brasil S/A. (se a empresa já possuir conta aberta no Banco do Brasil S/A.).

OU

A proponente, em se consagrando vencedora do certame, se compromete a abrir conta corrente em uma das agências do Banco do Brasil S/A., logo após a publicação da homologação e adjudicação, informando imediatamente os dados ao pregoeiro e equipe de apoio (se a empresa ainda não possuir conta corrente aberta no Banco do Brasil S/A.).

III - REPRESENTAÇÃO LEGAL

Informamos que o Sr. _____, RG n° _____, CPF n° _____, _____(cargo)_____, é representante legal da empresa, nos termos da Cláusula _____do Contrato Social, podendo firmar contrato com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS**, do **ESTADO DE ALAGOAS** (quando o representante legal for sócio, diretor ou gerente).



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

OU

Informamos que o Sr., RG nº, CPF nº,(cargo)....., é procurador da empresa, tendo poderes para firmar contrato com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS**, do **ESTADO DE ALAGOAS** (quando o representante legal da empresa for procurador, com poderes expressos no documento de Procuração).

IV - DECLARAÇÃO:

Declaramos que:

- 1). Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.
- 2). O prazo de validade de nossa proposta e de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação.
- 3). O período contratual será de 12 (doze) meses, com execução do objeto licitado após a assinatura do contrato, de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante, num prazo de até 10 (dez) dias após cada solicitação feita através da Ordem de Serviços expedida pelo setor competente ou pelas respectivas Secretarias e que a entrega dos mesmos deverá ser nos locais indicados por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Dois Riachos/AL.
- 4). O pagamento devido ao contratado será efetuado através de transferência bancária, na conta da contratada, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente a prestação do serviço, após emissão da Nota Fiscal Eletrônica e Certidões Fiscais, devidamente atestado o cumprimento da obrigação do objeto da licitação (Pregão Presencial) pela Secretaria requisitante.
- 5). Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos

Local e Data

(_____), / / .

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO IX
Modelo de Atestado de
Capacidade Técnica

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

(Nome da empresa _____, CNPJ N° _____, sediada _____ (endereço completo), vem por meio deste Atestado De Capacidade Técnica **DECLARAR**, com finalidade de prova junto a órgãos (Públicos ou Privados), que a (Nome da empresa _____, CNPJ N° _____, sediada _____ (endereço completo), é nosso fornecedor de (descrever os serviços executados), cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados ou entregues, conforme nota fiscal de n° _____, motivo pelo qual declaramos estar apta a executar o objeto licitado;

Os compromissos assumidos até então, foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, fatos que a desabone sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

(_____), / / .

(Assinatura do representante legal, com identificação completa)
(Papel timbrado da empresa acrescido do carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: Este modelo serve apenas como referência, não sendo obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica idêntico, desde que o atestado apresentado possua todas as informações constantes deste modelo.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO X

Minuta de Ata de Registro de Preços
(Gravado em Arquivo Separado)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° (...)/(...).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E SERVIÇOS
CONTÁBEIS.

Aos <inserir data> do mês de <inserir mês>, na <inserir nome do órgão/entidade>, reuniram-se na sala de gestão e contratos, Anexa da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa situada na Avenida Miguel Vieira Novais, nº 100, Centro, Dois Riachos, Estado de Alagoas, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 12.250.908/0001-32**, o Exmo. Sr.º **RAMON CAMILO SILVA**, ocupante do cargo de prefeito do município, o Sr.º **ALLAN HENRIQUE CAMILO**, ocupante do cargo de secretário municipal de Administração, na condição de órgão gerenciador e as empresas detentoras, cujas propostas foram(foi) classificada(s) e declarada(s) vencedora(s) no certame acima numerado, na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço Por Lote, sob a forma de fornecimento parcelado, tendo por finalidade o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para atender a demanda do **Município de Dois Riachos/AL**, como segue:

Em face da classificação e do resultado do julgamento das propostas de preços apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL N° (...)/(20...)**, para o **REGISTRO DE PREÇOS N° (...)/(20...)**, conforme resultado da homologação realizada em <inserir data da homologação>, pelo Exmo. Sr.º <inserir nome>, (Brasileiro), (Solteiro/Casado), (_____ <inserir número do documento de identidade e do CPF>), domiciliado e residente na (_____ <inserir endereço completo do gestor>), doravante denominado **GESTOR DO PROCESSO** acima referenciado, nos termos da Lei nº **10.520/02**, de 17 de julho de 2002, do **Decreto Municipal nº 001/2015**, de **19 de Fevereiro de 2015**, bem como pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 do Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente as disposições contidas do art. 15, inciso II, da Lei Federal nº **8.666**, de 21 de junho de 1993 e as demais normas legais correlatas;

DETENTORA: (_____ <inserir nome da proponente>), inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº. (_____ <inserir nº do CNPJ da proponente>), com sede na (_____ <inserir endereço completo da proponente>), neste ato representado pelo (_____ <inserir nome>), (Brasileiro), (Solteiro/Casado), (_____ <inserir número do documento de identidade e do CPF>), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (**inserir procuração/contrato social/estatuto social...**), residente e domiciliado na rua <inserir endereço completo> mediante as seguintes condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência. São destinados a toda a Administração Pública do Município de Dois Riachos, Estado de Alagoas.
- 1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações

50



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor GLOBAL desta Ata é de R\$ ***** (*****Mil Reais). (<inserir valor da contratação>), distribuídos da seguinte forma:

ÍTEM	QUANT.	MESES	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	PREÇOS MÉDIOS	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	12	Contabilidade da Secretaria de Finanças.		
2	2	12	Contabilidade da Secretaria de Saúde.		
3	2	12	Contabilidade da Secretaria de Educação.		
4	2	12	Contabilidade da Secretaria de Assistência Social		
5	9	12	Planejamento		
6	10	12	Protocolo		

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Dois Riachos/AL, através da Secretaria Municipal de Administração.

3.2 Não há outros órgãos e/ou entidades participantes:

3.3 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **quíntuplo do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4 Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, e produzirá efeitos a partir da data de sua publicação, com fundamento no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, não podendo ser prorrogada.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 As despesas decorrentes do fornecimento do objeto pela (s) Secretaria (s) desta Administração Pública Municipal serão cobertas pelas Leis Orçamentárias do Município de Dois Riachos/AL, para o exercício de 2017, consignadas nas seguintes rubricas: <inserir rubricas orçamentárias>;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

- 6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.
- 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.3.01 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.3.02 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.4.01 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- 6.4.02 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.6.01 Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.6.02 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 6.6.03 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 6.6.04 Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 6.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1., 5.6.2. e 5.6.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.8.01 Por razão de interesse público;
- 6.8.02 A pedido do fornecedor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 7.1 A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do **Decreto Municipal nº 001/2015, de 19 de fevereiro de 2015**.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 7.1.1 As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
- 7.1.2 O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **05 (cinco)** dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 7.1.3 Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
- 7.2 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO:

- 8.1 Incumbirá ao **Órgão Gerenciador** providenciar a publicação desta Ata, por extrato, na imprensa oficial, dentro do prazo de **20 (vinte)** dias da data da sua assinatura.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 9.1 Independente de sua transcrição, o edital, a proposta de preços e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pela **Fornecedora Registrada** farão parte desta Ata de Registro de Preços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

- 10.1 Fica eleito o foro da Comarca do **Órgão Gerenciador** para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.
- 10.2 E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Município de Dois Riachos.

Local e Data

(_____), / / .
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

RAMON CAMILO SILVA
Prefeito

<inserir nome do(a) secretário(a) de Administração>
Secretaria de Administração - Órgão Gerenciador

Representante da Fornecedora Registrada



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

ANEXO XI
Minuta de Contrato
(Gravado em Arquivo Separado)

**TERMO DE CONTRATO N° (...)/(20...),
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS E A
EMPRESA (...) PARA A CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÁBEIS.**

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n° 12.250.908/0001-32 com Sede Administrativa situada na Avenida Miguel Vieira Novais, 100, Centro, Dois Riachos, Estado de Alagoas, neste ato represento pelo Excelentíssimo Senhor **RAMON CAMILO SILVA**, brasileiro (a), casado (a), portadora do RG n° 2.022.569 - SSP/AL, inscrita no CPF/MF n° 066.422.104-17, residente e domiciliado na Rua Frei Damião Bozano, 96, centro, Cidade de Dois Riachos, doravante denominado **CONTRATANTE**;

CONTRATADA: (_____<inserir nome da proponente>), inscrita no CNPJ/MF sob o n°. (_____ <inserir n° do CNPJ da proponente>), com sede na (_____<inserir endereço completo da proponente>), neste ato representado pelo (_____<inserir nome>), (Brasileiro), (Solteiro/Casado), (_____ <inserir número do documento de identidade e do CPF>), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (inserir procuração/contrato social/estatuto social...), doravante denominada **CONTRATADA**.

Os **CONTRATANTES**, nos termos do Processo n° (...), inclusive parecer n° (...) e em observância às disposições da Lei n° 8.666, de 1993, da Lei n° 10.520, de 2002, e da Lei n° 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e serviços contábeis, incluindo a disponibilização de cessão de sistemas de informática (software) integrados, conforme descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência. Os referidos softwares serão de Contabilidade, Balanço, Planejamento e/ou Orçamento, Protocolo e Divulgação das Contas no Portal da Transparência, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Presencial n° 002/2017 e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO/SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					R\$	R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei n° 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ORIGEM DOS RECURSOS
04.00.04.40.2.005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ELEMENTO DE DESPESA (1): 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.
- 5.6.1. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.
- 5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.
- 5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.
- 5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. Os serviços serão recebidos:
 - a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
 - b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.
- 7.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 8.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratante:

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.1.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 9.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;
- 9.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.1.8. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.1.9. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.1.10. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Adjudicatária com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Adjudicatária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da Contratada:

- 9.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto;
- 9.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.2.6. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.2.7. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.2.8. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;
- 9.2.9. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados, para fins de divulgação na internet;
- 9.2.10. Substituir, no prazo de 48 horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 9.2.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.2.12. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante;
- 9.2.13. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 9.2.14. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.2.15. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.2.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 9.2.17. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.2.18. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 9.2.19. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.2.20. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 9.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 9.2.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.24. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra.
- 9.2.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:
- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. Não manter a proposta;
- 10.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- 10.1.8. Obtiver vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 10.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à Contratada:
- 12.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.2.1. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

- 14.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

- 15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Dois Riachos - AL.
- 15.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado em (...) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Local e Data

(_____), / / .
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

RAMON CAMILO SILVA
Prefeito

Contratada – Representante/Preposto

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

CPF/MF:

2ª Testemunha:

CPF/MF:



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS
Avenida Miguel Vieira Novais – 100 – Dois Riachos – Alagoas
CNPJ-12.250.908/0001-32

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017 - SRP
PROCESSO N° 1464.0207009.2017
Data de Abertura: 03/05/2017 - 09h00min

PROTOCOLO DE
RECEBIMENTO DO EDITAL

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

PROTOCOLO N° ____/2017	PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017	PROCESSO N° 1464.0207009.2017	DATA DE ABERTURA 03/05/2017
---------------------------	----------------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Dados Para Correspondência Informada Pela Licitante

EMPRESA:			
ENDEREÇO:			
CIDADE/ESTADO:		CEP:	
CNPJ:		TELEFONE/FAX:	
<u>E-Mail:</u>			

Dados Do Responsável Pelo Recebimento Do Edital

NOME:		CPF:	
ENDEREÇO:			
CIDADE/ESTADO:		CEP:	
TELEFONE/FAX:		<u>E-Mail:</u>	
FUNÇÃO NA EMPRESA:			

Certifica-se do Recebimento do Edital, acima referido, com a Finalidade de Participar do Processo Licitatório a ser realizado pelo pregoeiro.

Carimbo C.N.P./J/M.F.

Informamos que a aceitação deste implica no atesto que conhece e compreende por inteiro o teor do mesmo e que a Comissão Permanente de Licitação, quando solicitada, prestou todos os esclarecimentos para dirimir as dúvidas que existiram.

Responsável pelo recebimento do edital

D A T A: ____/ ____/2017.



PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017
PROCESSO N° 1464.0207009.2017

Comissão Permanente de Licitações